

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ – GASPISA

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2022 E 2021
ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DO
AUDITOR INDEPENDENTE**

**COMPANHIA DE GÁS
DO PIAUÍ – GASPISA**

CE-104-2023/1

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO
DO AUDITOR INDEPENDENTE**

	Páginas
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	3-5
 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
Balanços Patrimoniais.....	6-7
Demonstrações dos Resultados.....	8
Demonstrações dos Resultados Abrangentes.....	9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	10
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	11
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	
	12-30

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Conselheiros da
COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ – GASPISA

Teresina - PI

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ – GASPISA** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ – GASPISA** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada a fase pré-operacional

Chamamos atenção da nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis onde descreve que a Companhia se encontra em fase pré-operacional e entende que não há indícios que possam gerar dúvidas significativas quanto a futura implantação. O início das operações dependerá de eventos futuros, dentre os quais a construção de gasoduto, que demandará novos investimentos. A administração entende que, no ano de 2023, continuará em fase pré-operacional e até a conclusão da fase de implantação e início da geração de receita, aportes adicionais de recursos por parte dos acionistas controladores serão necessários para que a empresa mantenha sua capacidade de caixa. As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas no pressuposto da futura implantação e operação de suas atividades. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na respectiva nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante quanto ao início de suas atividades em breve. Dessa forma, essas demonstrações contábeis devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 18 de março de 2022 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Teresina, 17 de julho de 2023.



PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.
CRC Nº PI-000867/F

DocuSigned by:
Jorge Teles
DDA32F474295498...

Jorge Ivan Teles de Sousa
BA-012430/O-2 T PI

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ – GASPISA
Balanço Patrimonial
Exercícios Findos em dezembro de 2022 e 2021

Ativo Líquido apresentado em reais

	Nota	2022	2021
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	96.263	100.913
Créditos com Terceiros	5	7.323	7.323
Ativo Fiscal Corrente	6.a	6.004	4.569
Despesas Antecipadas		423	351
		110.013	113.156
Ativo Não Circulante			
Ativo Fiscal não Corrente	6.b	2.698	605
Investimentos	7	9.120	9.120
Imobilizado	8	12.383	22.154
Intangível	9	803	605
		25.004	32.484
Total do Ativo		135.017	145.640

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ – GASPISA
Balanço Patrimonial
Exercícios Findos em dezembro de 2022 e 2021

Passivo e Patrimônio Líquido apresentado em reais

	Nota	2022	2021
Passivo Circulante			
Fornecedores	10	6.481	6.192
Obrigações trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais	11	27.128	26.981
Outras Obrigações	12	57.934	70.204
		91.543	103.377
Patrimônio Líquido			
Capital Social	13.a	10.002.674	9.252.674
Adiantamento para aumento de Capital	13.b	3.025.500	3.000.000
Prejuízo acumulado		(12.984.700)	(12.210.411)
		43.474	42.263
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		135.017	145.640

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ – GASPISA
Demonstrações do Resultado
Exercícios Findos em dezembro de 2022 e 2021

Resultado apresentado em reais - exceto o lucro líquido por ação

	Nota	2022	2021
Despesas			
Gerais e Administrativas	14	(788.186)	(770.876)
Outras Despesas Operacionais			
Perdas por Redução ao Valor Recuperável dos Ativos	14	-	(8.648)
Resultado Operacional		(788.186)	(779.524)
Resultado Financeiro			
Receitas Financeiras	15	16.261	6.103
Despesas Financeiras	15	(2.364)	(2.113)
Prejuízo Líquido do Exercício		(774.289)	(775.534)

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ – GASPISA
Demonstrações do Resultado Abrangente
Exercícios Findos em dezembro de 2022 e 2021

Resultado abrangente apresentado em reais

	Nota	2022	2021
Resultado do Exercício	-	(774.289)	(775.534)
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado Abrangente		(774.289)	(775.534)

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ – GASPISA
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios Findos em dezembro de 2022 e 2021

Movimentação da Mutação do Patrimônio Líquido apresentado em reais

	Nota	Capital Social	Adiantamento para futuro Aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020		9.252.674	2.250.000	(11.434.877)	67.797
Integralização de Capital		-	-	-	-
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	13.b	-	750.000	-	750.000
Prejuízo do exercício		-	-	(775.534)	(775.534)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	13.a	9.252.674	3.000.000	(12.210.411)	42.263
Integralização de Capital		750.000	(750.000)	-	-
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	13.b	-	775.500	-	775.500
Prejuízo do exercício		-	-	(774.289)	(774.289)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	13.a	10.002.674	3.025.500	(12.984.700)	43.474

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ – GASPISA
Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios Findos em dezembro de 2022 e 2021

Fluxo de Caixa apresentado em reais

	Nota	2022	2021
Atividade Operacional			
Prejuízo Líquido do Exercício		(774.289)	(775.534)
Itens que Não Afetam o Caixa:			
Depreciação e Amortização	8.c e 9.c	6.761	5.885
Perda por Redução ao Valor Recuperável em Investimentos		-	8.648
Valor Residual de Bens Baixados do Ativo Imobilizado	8.c	4.025	-
Lucro Ajustado		(763.503)	(761.001)
(Aumento) / Diminuição das Contas do Ativo			
Créditos com Terceiros		-	229
Ativo Fiscal Corrente		(3.528)	98
Despesas Antecipadas		(72)	(15)
Aumento / (Diminuição) das Contas do Passivo			
Fornecedores		289	(485)
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais		147	1.026
Outras Obrigações		(12.270)	217
Caixa Consumido pela Atividade Operacional		(778.937)	(759.931)
Atividades de Investimento			
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	7	-	(9.120)
Adições do Ativo Imobilizado	8.c	-	(4.300)
Adições do Ativo Intangível	9.c	(1.213)	-
Caixa Consumido pela Atividade de Investimentos		(1.213)	(13.420)
Atividades de Financiamento			
Recebimento de Aportes dos Sócios para Futuro Aumento de Capital	13	775.500	750.000
Caixa Gerado pela Atividade de Financiamento		775.500	750.000
Diminuição de Caixa e Equivalentes de Caixa		(4.650)	(23.351)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4	100.913	124.264
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4	96.263	100.913
Varição do Caixa e Equivalentes de Caixa		(4.650)	(23.351)

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ – GASPISA

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Exercícios Findos em dezembro de 2022 e 2021

Notas apresentado em reais, exceto se indicado de outra forma

1. Informações Gerais

A Companhia de Gás do Piauí – GASPISA (“Companhia”) é uma sociedade de economia mista, constituída em 28 de fevereiro de 2002 com autorização da Lei Estadual nº 5.192, de 25 de maio de 2001, com concessão para exploração de gás canalizado no Estado do Piauí, no prazo de 30 anos (até o dia 24 de maio de 2031), podendo ser prorrogado por igual período.

A Companhia tem por objeto social a exploração do serviço de distribuição e comercialização de gás canalizado em todo o Estado do Piauí, podendo também explorar outras formas de distribuição de gás natural e manufaturado, inclusive comprimido ou liquefeito, ou acondicionado em recipientes, de produção própria ou de terceiros, nacional ou importado, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos. Poderá também exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros e, participar de outros empreendimentos cuja finalidade esteja relacionada com seu objeto social, para o que poderá constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais.

Em 21 de dezembro de 2005, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), promulgou a Licença Prévia (no 220/2005) para instalação do gasoduto Meio Norte, com extensão de 948 quilômetros, que ligará os estados do Maranhão e Ceará, passando pelo estado do Piauí.

Em 23 de novembro de 2006, o Gasoduto Meio Norte recebeu a Licença de Instalação LI, tornando-se o segundo maior gasoduto já licenciado no país. A Autorização de Construção do Gasoduto Meio Norte foi expedida pela ANP, em 26 de dezembro de 2006, sob o no 360.

Continuidade Operacional

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional. Para o início das operações, a distribuição de gás natural comprimido e/ou liquefeito deverá ocorrer via caminhões. Para que tenha operacionalização plena, faz-se necessário a distribuição de gás canalizado, a qual depende da viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural ligando o Porto Pecém, no Estado do Ceará, à cidade de Teresina, no Estado do Piauí ou tendo como origem as descobertas na Bacia do Parnaíba - MA ou ainda a partir de descobertas de gás natural na porção piauiense da mesma bacia. Administração continua monitorando suas operações e não identificou nenhuns eventos com indícios de impairment e/ou de não realização de seus ativos.

As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes que poderiam ser requeridos no caso de a Companhia não conseguir iniciar sua total operação. Até o início da sua operação, a Companhia continuará a depender de suporte financeiro a ser obtida através de recursos financeiros de aporte de capital por parte de seus acionistas ou de recursos de terceiros. Atualmente, a Companhia entende que continuará em fase pré-operacional até final no ano de 2023 e entende que não há indícios que possam gerar dúvidas significativas sobre a continuidade operacional da Companhia. Portanto, as demonstrações contábeis foram elaboradas e estão

sendo apresentadas com base no pressuposto normal de continuidade operacional.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e em conformidade com os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela administração em 15 de fevereiro de 2023.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que os sócios possuem recursos financeiros suficientes para aportar capital na Companhia, se necessário, e, desta forma, garantir a continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico, como base valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota 2.4.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022 que tenham impacto relevante nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações contábeis estão expressas em Reais (R\$), moeda funcional e de apresentação, exceto quando de outra forma indicado.

2.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis, e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas, principalmente, nas notas explicativas:

- nota 8 - Depreciação;
- nota 9 - Amortização;

3. Principais Políticas Contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis são:

a. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra Companhia.

Ativos financeiros

i. Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere à como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

ii. Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

iii. Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

iv. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

v. Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da

contraprestação recebida que a Companhia pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Passivos financeiros

i. Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem Fornecedores e Outras obrigações.

ii. Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

A Companhia não possui empréstimos e financiamentos.

iii. Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o

desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

b. Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os softwares comprados que fazem parte integrante da funcionalidade de um equipamento são capitalizados como parte daquele equipamento.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do mês subsequente à data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro desde que ocorram mudanças significativas em relação às variáveis que possam alterar a vida útil dos ativos e a mensuração posterior dos ativos, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. Redução ao Valor Recuperável de Ativos – “Impairment”

A Administração da Companhia avalia e monitora periodicamente o desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico Brasileiro CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, caso existam evidências claras de que a Companhia possui ativos avaliados por valor não recuperável ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

Não foram identificados indícios de Impairment no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Os Ativos avaliados e que estão sujeitos a algum risco de Impairment são os bens do Ativo Imobilizado.

d. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia, e seu custo ou valor, puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial, quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes, quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

e. Obrigações Trabalhistas

Constituída com base na remuneração de cada empregado e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço, acrescida dos encargos sociais correspondentes. A Companhia tem por prática reconhecer tal obrigação à curto e longo prazo em função da perspectiva de pagamento.

f. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

g. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotá-las, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 17/CPC 50 – Contratos de seguro: nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica à Companhia. A alteração vigora a partir de 1º de janeiro de 2023.
- Alterações ao IAS 1 – Classificação de passivos como circulante e não circulante. A alteração Demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2022 24 vigora a partir de 1º de janeiro de 2023.

- Alterações ao IAS 8 - Definição de estimativas contábeis. A alteração vigora a partir de 1º de janeiro de 2023.
- Alterações ao IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. A alteração vigora a partir de 1º de janeiro de 2023.

- Alterações ao IAS 12: Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos originados de uma simples transação. Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

a. Composição Contábil

	2022	2021
Fundo Fixo	475	519
Contas Correntes		
Banco do Brasil S.A	-	-
Aplicações financeiras		
Banco do Brasil S.A. - Renda Fixa	1.633	1.485
Banco do Brasil S.A. - Público Supremo	94.155	98.909
	96.263	100.913

As aplicações financeiras são remuneradas por taxas que variam entre 86,5% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são classificados pela Administração da Companhia como "Caixa e equivalentes de caixa", por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Créditos com Terceiros

a. Composição Contábil

	2022	2021
THE Imobiliária Ltda.	5.357	5.357
Raimundo Ferreira da Silva	1.966	1.966
	7.323	7.323

O saldo de créditos com terceiros compreende os valores referentes: à caução dada em garantia do aluguel das salas comerciais; serviço de mão de obra relativo à reforma das salas comerciais.

6. Impostos, Taxas e Contribuições

a. Ativo Fiscal Corrente – Composição Contábil

	2022	2021
IRRF sobre Aplicações Financeiras	3.746	2.094
PIS a Recuperar	1.788	1.996
COFINS a Recuperar	470	479
	6.004	4.569

O crédito relativo ao imposto de renda é oriundo de valores retidos na fonte sobre aplicações financeiras. O saldo composto por valores de créditos do PIS e COFINS, apurados pelo rendimento de aplicação financeira, são compensados pelos créditos admitidos pela legislação.

b. Ativo Fiscal não Corrente - Composição Contábil

	2022	2021
Compensações / Restituições Fiscais em Andamento	2.698	605
	2.698	605

O montante demonstrado na conta refere-se ao IRRF sobre aplicações financeiras referente aos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021 realizados através de PERDCOMP. As baixas desses valores serão realizadas após o deferimento da RFB.

7. Investimentos

Refere-se à participação na coligada TMN Transportadora S.A. que tem como principal objeto a engenharia, construção, instalação, exploração comercial, operação e manutenção de um duto para transporte de gás natural e instalações associadas partindo do “City-Gate” da Petrobras, localizado no Município de Pecém (CE), passando pelos Estados do Piauí e Maranhão.

Atualmente, o projeto da investida encontra-se paralisado, sendo as suas atividades mantidas por meio dos aportes de recursos de seus acionistas. O início das operações depende da assinatura de contratos de compra e venda de gás entre os possíveis supridores e as distribuidoras de gás dos Estados do Maranhão e do Piauí, além da captação de recursos nas instituições financeiras.

Após análise de impairment da investida, realizada em 2018, a Diretoria da GASPIISA entendeu que o investimento reduziu sua capacidade de geração de benefícios econômicos futuros, logo, o mesmo foi deduzido em conta de perda por não recuperabilidade (perda por impairment).

Em 2021 houve Adiantamento para Futuro Aumento de Capital concedido por esta Companhia em favor da TMN Transportadora S/A no montante de R\$ 9.120. Em 2022 o AFAC foi integralizado no capital social da TMN Transportadora S/A.

	2022	2021
Capital social R\$ da TMN	10.455.916	10.305.916
Ações Preferenciais Integralizadas	630.784	621.664
Percentual de participação no capital subscrito da TMN	6,03%	6,03%
<u>Movimentação do investimento</u>		
Saldo inicial	621.664	621.664
Perda por Impairment	(621.664)	(621.664)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	9.120
Integralização de Capital	9.120	-
Saldo final	9.120	9.120

8. Imobilizado

a. Composição Contábil

			2022	2021
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	44.772	(33.484)	11.288	14.322
Computadores e Periféricos	11.808	(10.713)	1.095	2.524
Equipamentos de Telefonia	-	-	-	5.308
	56.580	(44.197)	12.383	22.154

b. Premissas Subjacentes ao Reconhecimento

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, pelo custo de aquisição acrescido dos gastos para aferidos para que o ativo entre em operação. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa Média	Anos
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	10%	10
Computadores e Periféricos	20%	5
Equipamentos de Telefonia	20%	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

c. Movimentação do Imobilizado

	2020	Adições	Baixas	2021	Adições	Baixas	2022
Custo							
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	45.314	-	-	45.314	-	(542)	44.772
Computadores e Periféricos	13.968	-	-	13.968	-	(2.160)	11.808
Equipamentos de Telefonia	2.999	4.000	-	6.999	-	(6.999)	-
	62.281	4.000	-	66.281	-	(9.701)	56.580
(-) Depreciação							
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	(27.957)	(3.035)	-	(30.992)	(3.034)	542	(33.484)
Computadores e Periféricos	(9.867)	(1.577)	-	(11.444)	(1.429)	2.160	(10.713)
Equipamentos de Telefonia	(825)	(866)	-	(1.691)	(1.283)	2.974	-
	(38.649)	(5.478)	-	(44.127)	(5.746)	5.676	(44.197)
Imobilizado, líquido	23.632	(1.478)	-	22.154	(5.746)	(4.025)	12.383

9. Intangível

a. Composição Contábil

	Custo	(-) Amortização	2022 Líquido	2021 Líquido
Marcas e Patentes	5.878	5.075	803	605
Softwares	5.130	5.130	-	-
	11.008	10.205	803	605

b. Premissas Subjacentes ao Reconhecimento

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico, através do custo de aquisição acrescido dos gastos aferidos para que o ativo entre em operação. A amortização é calculada usando o método linear considerando os seus custos durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa Média	Anos
Softwares	20%	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

c. Movimentação do Intangível

	2020	Adições	Baixas	2021	Adições	Baixas	2022
Custo							
Marcas e Patentes	4.365	300	-	4.665	1.213	-	5.878
Softwares	5.130	-	-	5.130	-	-	5.130
	9.495	300	-	9.795	1.213	-	11.008
(-) Amortização							
Marcas e Patentes	3.653	407	-	4.060	1.015	-	5.075
Softwares	5.130	-	-	5.130	-	-	5.130
	8.783)	407	-	9.190	1.015	-	10.205
Intangível, líquido	712	107	-	605	198	-	803

10. Fornecedores

a. Composição Contábil

	2022	2021
Títulos de Fornecedores a Pagar		
Contalger Assessoria Contábil e Gerencial	3.530	3.530
Moacy Leal Advogados Associados	1.300	1.300
Fortes Tecnologia em Sistemas LTDA.	689	632
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	542	730
Outros Fornecedores	420	-
	6.481	6.192

Os fornecedores são reconhecidos, inicialmente ao valor de contrato e mercado no momento das negociações de compras, os pagamentos são liquidados em até 30 (trinta) dias.

11. Obrigações Trabalhistas e Sociais

a. Composição Contábil

	2022	2021
INSS a Recolher	7.713	7.568
FGTS a Recolher	989	989
IRRF a Recolher	3.585	3.596
Férias e Encargos a Pagar	14.808	14.808
CSRF a Recolher	34	21
	27.128	26.981

Os saldos referem-se aos valores retidos da Remuneração de Dirigentes, Conselheiros e Assessoras. Os valores são calculados conforme o princípio da competência e as legislações vigentes. As férias a pagar são constituídas mensalmente em atendimento ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridos e proporcionais das Assessoras, acrescida dos respectivos encargos sociais.

12. Outras Obrigações

a. Composição Contábil

	2022	2021
Reembolso do DTC – Commit Gás S.A.	4.320	16.800
Reembolso do DAF – Termogás S.A.	52.800	52.800
Outros	814	604
	57.934	70.204

Os saldos com partes relacionadas, composto acima, são decorrentes do reembolso de remuneração (honorários e encargos sociais) do Diretor Técnico e Comercial (DTC) e do Diretor

Administrativo e Financeiro (DAF) cedidos pelos acionistas Commit Gás S.A. e Termogás S.A, respectivamente. Os valores de R\$ 4.320 (2022) e R\$ 16.800 (2021) refere-se ao mês de dezembro; os valores de R\$ 52.800 (2022 e 2021) refere-se aos meses de junho a dezembro dos respectivos exercícios.

13. Patrimônio Líquido

a. Capital Social

Capital social

Em 23 de Novembro 2022 sob o Nº. 20220701687 foi registrada a ata 35ª, onde trata da integralização do aumento do capital de R\$ 9.252.674, conforme ata 32ª registrada no exercício de 2017, para R\$ 9.902.674, deliberado em assembleia extraordinária realizada em 08 de fevereiro de 2018 e em 15 de dezembro 2022 sob o Nº. 20220753865, foi registrada a ata 37ª, onde trata da integralização do aumento do capital para R\$ 10.002.674, deliberado em assembleia extraordinária realizada em 10 de outubro 2018.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 10.002.674 e estão representadas por 2.907.468 ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

Posição em 31 de dezembro de 2022

	Quantidade de Ações				<u>Capital Integralizado</u>
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Participação</u>	
Estado do Piauí	886.196	295.399	1.181.595	40,64%	4.065.087
Termogás S.A.	567.538	1.158.335	1.725.873	59,36%	5.937.587
Commit Gás S.A.	-	-	-	-	-
Total	1.453.734	1.453.734	2.907.468	100%	10.002.674

Posição em 31 de dezembro de 2021

	Quantidade de Ações				<u>Capital Integralizado</u>
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Participação</u>	
Estado do Piauí	685.812	-	685.812	25,50%	2.359.432
Commit Gás S.A.	329.461	672.368	1.001.829	37,25%	3.446.621
Termogás S.A.	329.461	672.368	1.001.829	37,25%	3.446.621
Total	1.344.734	1.344.736	2.689.470	100%	9.252.674

Cada ação ordinária confere o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, não sendo atribuído às ações preferenciais direito a voto.

As ações preferenciais, as quais não terão direito a voto, fazem jus à prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio, pelo seu valor patrimonial.

Na 45ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de agosto de 2022 a Companhia tomou conhecimento da alteração do nome do sócio PETROBRAS GÁS S.A. para COMMIT GÁS S.A. ("Commit").

Em 08 de Novembro de 2022, o acionista COMMIT GÁS S.A., transferiu para o acionista TERMOGÁS S.A., 258.988 ações ordinárias e 528.545 ações preferenciais, totalizando uma participação de 59,36% sobre o capital da Companhia conforme Livro de Registro de Ações Nominativas nº 02 desta Companhia.

Em 21 de Dezembro de 2022, o acionista COMMIT GÁS S.A., transferiu para o acionista GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, 177.293 ações ordinárias e 361.822 ações preferenciais, totalizando uma participação de 40,64% sobre o capital da Companhia conforme Livro de Registro de Ações Nominativas nº 03 desta Companhia. Desta forma, a partir desta data, o acionista COMMIT GÁS S.A. zera toda as suas ações, Ordinárias e Preferenciais.

b. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Acionistas	2022	2021
Termogás S.A.	1.795.937	1.117.500
Commit Gás S.A.	-	1.117.500
Governo do Estado do Piauí	1.229.563	765.000
	3.025.500	3.000.000

Em 23 de Abril de 2019, foi aprovado pelos acionistas da Companhia, através da 38ª Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital social no valor R\$ 750.000, com subscrição de 218.000 ações distribuídas para cada acionista proporcional às suas participações.

Em 24 de Abril de 2020, foi aprovado pelos acionistas da Companhia, através da 39ª Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital social no valor R\$ 750.000, com subscrição de 218.000 ações distribuídas para cada acionista proporcional às suas participações.

Em 30 de Março de 2021, foi aprovado pelos acionistas da Companhia, através da 40ª Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital social no valor R\$ 750.000, com subscrição de 218.000 ações distribuídas para cada acionista proporcional às suas participações.

Os valores aportados em 2019, 2020 e 2021 conforme deliberados em Assembleia Geral Extraordinária pelos acionistas serão subscritos e integralizados após registro das 38ª, 39ª e 40ª Atas de Assembleia Geral Extraordinárias na Junta Comercial do Piauí.

14. Despesas Gerais e Administrativas

a. Composição Contábil

	2022	2021
Despesa com Pessoal	518.851	528.202
Serviços Profissionais	74.265	68.665
Telefones e Energia	8.547	8.819
Aluguéis e Condomínios	47.798	43.845
Depreciação e Amortização	6.761	5.885
Locação de Veículos	57.000	68.400
Combustíveis/Lubrificantes	20.353	16.679
Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos	-	8.648
Outras Despesas	54.611	30.381
	788.186	779.524

A GASPIISA realiza o pagamento direto dos honorários do Diretor-Presidente (R\$ 6.000). Os Sócios COMMIT GÁS S.A. e TERMOGÁS S.A. são reembolsados mensalmente no valor de R\$ 7.200, sendo R\$ 6.000 de honorário e R\$ 1.200 encargos sociais, cada, relativos ao pagamento do Diretor Técnico e Comercial (DTC) e do Diretor Administrativo e Financeiro (DAF). Previsto, ainda, o pagamento de 1/3 de Férias e Gratificação Natalina para o Diretor-Presidente e o reembolso dos mesmos valores aos Sócios COMMIT GÁS S.A e TERMOGÁS S.A. A Companhia faz o pagamento direto dos honorários referentes aos 08 Conselheiros, sendo 05 membros do Conselho de Administração e 03 membros do Conselho Fiscal, no valor de R\$ 600 cada.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a remuneração total (salários e encargos sociais) dos conselheiros e diretores da Companhia foi de R\$ 331.176 e R\$ 341.856 respectivamente.

15. Resultado Financeiro Líquido

a. Composição Resultado Financeiro Líquido:

	2022	2021
Receita Financeiras		
Rendimento de Aplicações Financeiras	17.043	6.131
Juros Ativos	-	270
	17.043	6.401
Despesas Financeiras		
Juros Passivos	(25)	(31)
Despesas Bancárias	(2.240)	(1.847)
IOF	(10)	-
Multas Moratórias	(89)	(235)
PIS e COFINS s/ Receita Financeira	(782)	(298)
	(3.146)	(2.411)
Resultado Financeiro Líquido	13.897	3.990

16. Seguros

A companhia mantém cobertura de seguro, considerando a natureza da sua atividade e os riscos envolvidos nas suas operações. Os seguros são das salas onde funciona a sede da Companhia.

17. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados atualmente pela Companhia estão restritos a caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e outras obrigações. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos critérios descritos na Nota 3.a.

Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, buscando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Os principais instrumentos financeiros, ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 são descritos abaixo, juntamente com os critérios para sua avaliação:

- Caixa e equivalentes de caixa: as contas correntes detidas em bancos têm valores de mercado semelhantes aos valores contábeis;
- Fornecedores e Outras Obrigações: os valores reconhecidos representam o valor justo em reais das aquisições.

a. Risco de crédito

A Companhia não possui risco de concentração e de crédito dos clientes, em função de encontrar-se em fase inicial de suas operações.

No que se refere ao risco de crédito associado a aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia apenas realiza operações em instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating independentes.

b. Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. Devido ao fato de a Companhia ainda não ter iniciado sua operação plena, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a necessidade de caixa está sendo suportada por seus acionistas.

c. Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia na gestão de seu capital são proteger a capacidade de continuar suas operações, oferecer retorno aos seus quotistas e garantir uma estrutura de capital adequada.

d. Gestão do risco da taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI – Certificado de depósito interbancário, conforme detalhado na nota explicativa nº 4.

e. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros é apresentada a seguir e não há instrumentos financeiros classificados em outras categorias além dos informados:

- Os passivos financeiros não derivativos são demonstrados como passivos pelo custo amortizado, sejam eles; fornecedores e outras obrigações.
- Os ativos não derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado, sejam eles: aplicações financeiras de curto prazo.

f. Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

I. Valor justo hierárquico

Existem três níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativos ou passivos financeiros. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraídos de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os principais ativos e passivos financeiros reconhecidos pela Companhia estão evidenciados no quadro abaixo:

	Nível	2022 Valor contábil	2022 Valor Justo	2021 Valor contábil	2021 Valor Justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixas	1	96.263	96.263	100.913	100.913
		96.263	96.263	100.913	100.913
Passivos					
Fornecedores	1	6.481	6.481	6.192	6.192
Outras Obrigações	1	57.934	57.934	70.204	70.204
		64.415	64.415	76.396	76.396

g. Instrumentos financeiros por categoria

	Valor justo através do resultado	Ativos pelo custo amortizado	2022 Passivos pelo custo amortizado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixas	96.263		

	96.263	-	-
Passivos			
Fornecedores			6.481
Outras Obrigações			57.934
	-	-	64.415
	96.263	-	64.415
			2021
	Valor justo através do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixas	100.913		
	100.913	-	-
Passivos			
Fornecedores			6.192
Outras Obrigações			70.204
	-	-	76.396
	100.913	-	76.396

18. Eventos Subsequentes

No período compreendido entre a data de término do exercício social e a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem gerar ajustes materiais e qualitativos ou passíveis de divulgação nas notas explicativas.

DocuSigned by:
Roberto Alves Pereira
A4F9C254BDF540B...

Diretor Presidente
Roberto Alves Pereira
CPF: 317.773.763-00

DocuSigned by:
FABIO MOREIRA AMORIM
23307745D4604E8...

Diretor Administrativo Financeiro
Fábio Moreira Amorim
CPF: 447.025.233-68

DocuSigned by:
FABIO MOREIRA AMORIM
23307745D4604E8...

Diretor Técnico e Comercial
Fábio Moreira Amorim
CPF: 447.025.233-68

DocuSigned by:
Carlos Romão Silva dos Remédios
4BCFE3847CE6432...

Contador
Carlos Romão Silva dos Remédios
CPF: 760.890.963-34
CRC-PI 006.332